

União das Nações Sul Americanas



O que é a Unasul

A Unasul (União das Nações Sul-americanas) reúne os doze países da América do Sul e visa aprofundar a integração da região.

Por suas riquezas naturais, a América do Sul é importante internacionalmente como um dos principais centros produtores de energia e de alimentos do planeta. Chile e Peru são ainda dois dos principais endereços da indústria mineradora no mundo.

Como a Unasul nasceu?

A iniciativa da criação de um órgão nos moldes da Unasul foi apresentada, oficialmente, numa reunião regional, em 2004, em Cusco, no Peru.

O projeto recebeu o nome de Casa (Comunidade Sul-Americana de Nações), mas o nome foi modificado para Unasul durante a Primeira Reunião Energética da América do Sul, realizada no ano passado na Venezuela.

O nome Unasul - Unasur para os países de língua espanhola - surgiu depois de críticas do presidente venezuelano Hugo Chávez ao que ele chamou de lentidão da integração.

Quais são seus principais objetivos?

Os principais objetivos serão a coordenação política, econômica e social da região. Com a Unasul, espera-se avançar na integração física, energética, de telecomunicações e ainda nas áreas de ciência e de educação, além da adoção de mecanismos financeiros conjuntos.

O que se definiu em Brasília?

A partir desta reunião, a Unasul passa a ter personalidade política própria e, na prática, passará a ser um organismo internacional.

Ou seja, não se limitará mais a um fórum de debates, mas incluirá a possibilidade de serem adotadas medidas conjuntas.

Os presidentes assinam esta formalização no dia 30 de maio, mas para que Unasul comece a funcionar como organismo internacional o texto ainda precisa ser ratificado pelos congressos de nove dos doze países.

O que foi muito discutido em Brasília?

Um dos debates mais importantes foi sobre a criação do Conselho de Defesa da América do Sul. A idéia foi apresentada oficialmente pelo Brasil, mas foi rejeitada pela Colômbia. A iniciativa ganhou força no início deste ano, depois da crise envolvendo Venezuela, Colômbia e Equador, provocada por uma ação militar colombiana contra as Farc em território equatoriano.

Organismos da Unasul

Existe o plano de criação do Parlamento único da Unasul, mas não há nenhuma expectativa de que a idéia seja colocada em prática em um futuro próximo. A Unasul terá ainda uma secretaria permanente que deverá ser em Quito, no Equador.

Qual o tamanho da Unasul?

Os países que farão parte do grupo têm cerca de 360 milhões de habitantes e, de acordo com dados da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), tinham um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 2,5 trilhões em 2006. Ainda de acordo a Cepal, só o PIB do Brasil era de US\$ 1,06 trilhão em 2006. Em 2007, o PIB do Brasil foi de US\$ 1,3 trilhão.

Quais são os desafios da Unasul?

Num primeiro momento, os governos parecem ter expectativas diversas sobre os resultados reais da Unasul.

O ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley, disse que seu país tem três principais interesses nessa integração: energia, infra-estrutura e uma política comum de inclusão social.

Por sua vez, o chanceler boliviano, David Choquehuanca, afirmou que a Bolívia espera que a Unasul não se limite às questões comerciais e trate da "união dos povos".

Mas talvez o principal desafio da Unasul será colocar em prática suas medidas, como a integração energética, já que hoje o desafio entre quatro países - Brasil, Argentina, Bolívia e Chile - ainda não foi resolvido.

Questões bilaterais - ou trilaterais - também estão na lista de desafios da região.

Disputas territoriais entre Chile e Peru, da época da Guerra do Pacífico, no século 19, estão hoje no Tribunal Internacional de Haia. A Bolívia reivindica do Chile uma saída para o mar, perdida na mesma guerra do Pacífico.

Venezuela, Equador e Colômbia travam, desde março, uma disputa envolvendo as Farc (grupo guerrilheiro mais antigo do mundo, com mais de 40 anos) que ainda não teve conclusão.

Quais são os próximos passos?

No sistema de presidência temporária e rotativa, a próxima presidência caberia à Colômbia, que abriu mão do direito, que passará ao Chile.

Nos termos do Tratado, a Unasul terá como órgãos deliberativos um Conselho de Chefes de Estado e de Governo, um Conselho de Ministros de Relações Exteriores e um Conselho de Delegados.

Haverá reuniões anuais de chefes de Estado e de Governo e reuniões semestrais do Conselho de Ministros de Relações Exteriores.

Adesão de vizinhos deve demorar 5 anos

A União Sul-Americana de Nações (Unasul) terá um período de carência de cinco anos até começar a agregar vizinhos da América Central e do Caribe que venham a se interessar pelo processo de integração. Otimistas, os negociadores do documento previram que os pedidos de adesão vão aparecer.

O texto prevê que só os países que tenham passado quatro anos na condição de Estados Associados poderão se candidatar. A adesão será decidida por consenso pelos presidentes. O documento firmado ontem pelos 12 países não impõe a vigência da democracia plena como condição para a permanência no grupo.

A estrutura de decisão da Unasul repetiu, com alguma flexibilidade, a do Mercosul. No tratado, curiosamente, todas as autoridades são mencionadas nos gêneros feminino e masculino. O comando estará nas mãos do conselho de "chefes e chefas" de Estado. Abaixo, estará o conselho de "ministros e ministras" de Relações Exteriores. Na negociação para valer, estará o conselho de "delegados e delegadas" e, por fim, a secretaria-geral - o órgão executivo com poder minguado, como no Mercosul, que terá sua sede em Quito (Equador). A cada ano, um país presidirá a Unasul. Desde ontem, é a vez do Chile.

A pressão de Bolívia, Venezuela e Equador para criação imediata de um Parlamento Sul-Americano, com sede em Cochabamba, foi diplomaticamente podada. O tratado prevê que a formação dessa Casa será objeto de protocolo adicional. O texto firmado ontem deverá entrar em vigor 30 dias depois de nove países, no mínimo, terem ratificado o tratado nos seus Congressos. (*O Estado de São Paulo, 24/05/2008*)



Criação da Unasul muda geopolítica da América do Sul, diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse hoje que a criação da União Sul-americana de Nações (Unasul) muda a geopolítica da América do Sul, tornando os países-membros mais fortes e mais soberanos. Para Lula, o feito representa a realização de um sonho.

Parecia uma coisa impossível porque aqui, na América do Sul, fomos doutrinados para acreditar que não daríamos certo em nada, que somos pobres, que brigamos muito e que temos que depender dos Estados Unidos e da União Européia, afirmou.

Chefes de Estado sul-americanos se reuniram na última sexta-feira, em Brasília, para uma reunião de cúpula extraordinária da Unasul. O marco legal já havia sido estabelecido pela diplomacia dos países envolvidos e os últimos detalhes foram definidos em maio.

Em seu programa de rádio semanal Café com o Presidente, Lula ressaltou que o tratado que cria a Unasul vai facilitar negociações com outros blocos, além de possibilitar a construção de ferrovias, rodovias, pontes e linhas de transmissão. Acho que foi a realização de um sonho. Mas ainda vamos ter que trabalhar muito para consolidar as coisas práticas.

Diante do ceticismo por parte de alguns países sul-americanos e da possibilidade de que a Unasul fique apenas no papel, Lula se mostrou otimista e reforçou que a América do Sul apresenta um quadro de evolução extraordinária. Para ele, é preciso que o Brasil invista em países como Paraguai, Uruguai e Bolívia - nações consideradas economicamente mais frágeis.

Temos obrigação de ajudá-los porque, quanto mais forte economicamente forem os países da América do Sul, mais tranquilidade, paz, democracia, comércio, empresas, empregos, renda e desenvolvimento.

Lula reconheceu que na verdade muita coisa ainda não se concretizou e lembrou que outra iniciativas estão em andamento, como o Banco da América do Sul.

Vamos caminhar para, no futuro, termos um Banco Central único e moeda única. Isso é um processo, não é uma coisa rápida.

Já em relação à proposta brasileira de criação de um Conselho Nacional de Defesa Sul-americano - que acabou derrubada durante a reunião de chefes de Estado - Lula acredita que, caso o Brasil possa elaborar melhor a proposta e tirar algumas convergências nos próximos 90 dias, a idéia poderá ser aprovada.

A verdade é que, dos 12 países, apenas a Colômbia colocou objeção. Depois, conversei com o presidente Uribe [da Colômbia]. Vamos voltar a conversar. Estou viajando à Colômbia no dia 20 de julho. E acho que as coisas vão se acertar.

A proposta será analisada nos próximos 90 dias por um grupo de trabalho da Unasul. A iniciativa foi anunciada pela presidente do Chile, Michelle Bachelet, na última sexta-feira, em coletiva no Palácio do Itamaraty. (Agência Brasil) *Valor Online*, 26/05/2008

Unasul e a visão brasileira

A União Sul-Americana de Nações (Unasul) tornou-se efetiva ontem sob a convicção brasileira de que a América do Sul tem estofo suficiente para mudar o "tabuleiro do poder" mundial. Essa aposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, expressa em seu discurso na abertura da reunião extraordinária de cúpula da Unasul, esfarelou em três vertentes. O lançamento do Conselho Sul-Americano de Defesa, o pilar da Unasul para a segurança regional, foi adiado por novas resistências e cautelas que se somaram às da Colômbia, que exigiu a classificação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) como grupo terrorista.

O uso do encontro de Brasília para apaziguar definitivamente a crise na vizinhança igualmente fracassou, diante de novos ataques do presidente do Equador, Rafael Correa, à Colômbia. A terceira vertente foi a constatação de que não haverá recursos financeiros para alavancar a integração sul-americana - tema para o qual o próprio Lula chamou a atenção. O petista referiu-se à Unasul como um "pesado fardo" ao citar a passagem da presidência temporária da Bolívia para o Chile. "Uma América do Sul unida mexerá com o tabuleiro do poder no mundo. Não em benefício de um ou outro de nossos países, mas em benefício de todos", afirmou o presidente brasileiro, em seu discurso. "Estamos deixando para trás uma longa história de indiferença e isolamento recíproco. Nossa América do Sul não será mais um mero conceito geográfico."

A rigor, a reunião de Brasília cumpriu seu objetivo central - a assinatura do tratado constitutivo da Unasul, que dará as bases jurídicas para a ação desse novo organismo regional.

Entusiasmado, Lula enumerou as vantagens comparativas da América do Sul. No plano econômico, destacou que a região tornou-se "um dos principais pontos de atração de investimentos no mundo", graças à fase de crescimento com redução da desigualdade social. No plano político, citou o fato de todos os líderes sul-americanos terem sido eleitos em "pleitos democráticos e com ampla participação popular".

"A América do Sul é, hoje, uma região de paz, onde floresce a democracia", resumiu. "Esses progressos nos campos econômico e sócio-político nos conferem crescente projeção no novo mundo multipolar que se está constituindo."

Ciente das oposições da Venezuela, Bolívia e Equador, Lula esquivou-se de defender a ampliação da produção e do uso dos biocombustíveis em seu discurso. Preferiu abordar o tema indiretamente. "Nossa região torna-se um interlocutor cada vez mais indispensável à medida que o mundo se vê diante da necessidade de compatibilizar segurança alimentar, suprimento energético e preservação do meio ambiente", declarou. "Quando a escassez de alimentos ameaça a paz social em muitas partes do mundo, é em nossa região que muitos vêm buscar respostas."

O encontro não chegou a ser plenamente contaminado pelas provas reunidas pelos investigadores da Interpol da colaboração dos governos da Venezuela e do Equador com as Farc. Mas o imbróglio espirrou na resistência pétrea do presidente colombiano, Álvaro Uribe, em somar-se ao Conselho Sul-Americano de Defesa - um projeto caro a Lula, que havia designado o ministro da Defesa, Nelson Jobim, para costurá-lo. Uribe exigiu a qualificação das Farc como grupo terrorista. (*O Estado de São Paulo*, 24/05/2008)

A Unasul e a integração do continente

Luís Nassif

É provável que a Unasul (União de Nações Sulamericanas), cuja reunião encerrou-se na sexta-feira passada no Rio de Janeiro, seja o mais expressivo passo, até agora dado, para a integração dos países da América Latina.

O Mercosul foi uma mera união aduaneira, que enfrentou inúmeros problemas com a volatilidade cambial dos dois principais países – Brasil e Argentina. Nesse íterim, fortaleceu-se a faceta menos conhecida e mais importante do Mercosul, que foi o Fórum de Ministros do Planejamento, pensando a integração física do continente.

Há tempos tem-se um diagnóstico preciso sobre as zonas de dinamismo no continente – aquelas regiões que, integradas, poderão gerar riqueza e desenvolvimento. Mais especificamente, desde início dos anos 90, com os trabalhos pioneiros de Eliezer Baptista.

Esses estudos foram sendo assimilados no Fórum dos Ministros do Planejamento. E, agora, ganham consistência com a tentativa de dar corpo à idéia da Unasul.- *Blog Luís Nassif - 27/05/2008*

Chávez diz que Unasul pode favorecer união econômica

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, afirmou hoje, em Brasília, que a criação da União Sul-Americana de Nações (Unasul) pode propiciar a unidade econômica entre os países sul-americanos. Segundo Chávez, essa união econômica é um dos principais objetivos a serem buscados pela Unasul. Ele ressaltou também as desavenças com os Estados Unidos e a Colômbia. "É o presidente mais impopular da história do mundo. Não o querem nem mesmo em sua casa", afirmou.

Chávez ainda criticou a proposta norte-americana de reativar a 4ª Frota de Intervenção dos EUA na América Latina, que navegará nos Oceanos Atlântico e Pacífico. "É a velha tática de ameaçar para dissuadir." A 4ª Frota de Intervenção dos EUA foi criada em 1943 para combater os submarinos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

Segundo o presidente da Venezuela, com a criação da Unasul, um exército dos países foi formado e quem sai derrotado é o "império norte-americano". Na opinião de Chávez, a Colômbia não teria tecnologia suficiente para ter cometido o ataque em março, em território equatoriano, contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que resultou na morte do número dois da organização, Raul Reyes. Para o presidente, o ataque exigiu uma precisão cirúrgica que, segundo ele, a Colômbia não condições de fazer. Chávez afirmou que os EUA são o principal país interessado na deterioração das relações entre as nações latino-americanas. (*A Tarde, 23/05/2008*)

O nascimento da Unasul e seus desafios

Roberto Romero

O acordo constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) prevê diálogo político, integração física e energética, defesa do meio ambiente, adoção de mecanismos financeiros sul-americanos, superação das assimetrias regionais e criação de uma aliança militar sem os EUA.

No longo caminho da América Latina em defesa da soberania e às vésperas dos 200 anos do grito de independência em toda a região, uma nova cúpula de presidentes quer assentar as bases da integração sem os Estados Unidos.

Trata-se de um acontecimento histórico. Neste 23 de maio, os chefes de Estado de 12 nações assinaram, em Brasília, o Acordo Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), cujas bases estão sendo estabelecidas desde 2004 em instâncias da Venezuela, Uruguai, Argentina, Brasil, Bolívia e Equador, e que deixa para trás a inoperante Comunidade Sul-Americana de Nações.

Suas áreas de atuação, definidas na Cúpula de Brasília de 30 de setembro de 2005, são o diálogo político, a integração física, o meio ambiente, a integração energética, os mecanismos financeiros sul-americanos, as assimetrias, a promoção da coesão social, a inclusão social, a justiça social e as telecomunicações. E uma aliança militar sem os EUA.

A I Cúpula Energética Sul-Americana, na Ilha de Margarita, Venezuela, em 16 de abril de 2007 - chamada pelo presidente Chávez de "cúpula perfeita" devido às suas determinações concretas no caminho da integração - assentou as bases definitivas para a Unasul. O acordo adotado então foi o de caminhar para uma cúpula de chefes de Estado na qual seria assinado o tratado final, sendo determinado que a Colômbia seria o país anfitrião e que a reunião seria realizada em dezembro de 2007.

Viria, então, o vai-não-vai do governo colombiano. Adiou o encontro de dezembro e, depois, outro marcado para janeiro. A situação tornou-se tão insustentável que o chanceler venezuelano, Nicolás Maduro, exigiu, em 19 de janeiro, "que fosse fixada imediatamente uma data para a Cúpula presidencial de países da América do Sul", acrescentando que o encontro deveria ter sido estabelecido há muitas semanas, "mas foi sendo adiado com desculpas".

Maduro opinou que essa indefinição "está relacionada com as tentativas de que a Unasul não vingue. Estes projetos sempre têm obstáculos naqueles que não acreditam na união da América do Sul, porque continuam pensando que o futuro do continente é ser escravo dos interesses do poder norte-americano". O presidente Chávez foi ainda mais direto, afirmando que Uribe coloca obstáculos à reunião por ordem de Washington.

Posteriormente, a chancelaria colombiana fixou o encontro para o dia 28 e 29 de março, em Cartagena. Mas a agressão contra o Equador turvou novamente o ambiente. O Brasil, então, mobilizou todas as suas relações para salvar a iniciativa, conseguindo um consenso para reunir os 12 presidentes da América do Sul neste 23 de maio.

A América do Sul é uma região que apresenta um enorme potencial. Possui uma extensão de 17.6 milhões de quilômetros quadrados. A diversidade do seu território guarda ecossistemas diversos, como o Caribe, a Amazônia, a Cordilheira andina, o Pantanal, a Pampa, o Cerrado ou as regiões geladas do sul do continente. Sua população é de 377 milhões de habitantes e seu produto interno bruto de US\$ 1,5 trilhão.

Por outro lado, a região é fundamental para o futuro da humanidade, uma vez que possui abundantes recursos energéticos renováveis e não renováveis, grandes reservas minerais, significativos mananciais de água, um enorme potencial de produção de alimentos e riquíssima biodiversidade. Dispõe, além disso, de um importante e diversificado parque industrial, universidades e centros de pesquisa científica e tecnológica de excelência. Não há dúvida, então, que as potências, especialmente os EUA, querem estender seu domínio na região.

OEA não fica à altura

Por outro lado, não têm sido poucas as tentativas, no passado, de fortalecer a independência orgânica da América Latina. Mas a corda norte-americana sempre terminou se impondo e atando os destinos destes povos aos ditames da América do Norte. Por isso é difícil entender que não exista no continente uma organização que agrupe todos os países latino-americanos e, através dela, resolva seus problemas políticos, econômicos, sociais e de defesa, diametralmente opostos aos interesses de Washington.

A Organização de Estados Americanos, OEA, não tem sido o fórum apropriado para que os povos do hemisfério possam dialogar e entender-se. Ali sempre tem primado um forte ruído, orquestrado por governos subordinados aos interesses dos EUA, que historicamente têm levado a OEA a ficar de costas para a realidade.

Basta lembrar alguns casos proeminentes. Diante das agressões armadas dos EUA na República Dominicana, em 1963, e no Panamá, em 1989, a OEA escolheu o caminho da cumplicidade criminoso. A organização também abandonou a Argentina, quando esse país tentou retomar as Ilhas Malvinas, que estavam em mãos inglesas. Mais recentemente, foi

incapaz de condenar a Colômbia pelo ataque ao Equador, como exigia o país agredido. O que fez com que viesse à tona, novamente, a necessidade de uma organização de estados latino-americanos.

Integração militar sem os EUA

Ponto crucial da cúpula de fundação da Unasul será, sem dúvida, a criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa, no momento em que os Estados Unidos decidem restabelecer a IV frota militar nos mares da América Latina, a qual começará a operar plenamente em julho próximo. Essa frota nasceu em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, para reforçar a defesa do continente contra ataques de aviões e submarinos alemães e japoneses, mas foi dissolvida cinco anos depois de terminado o conflito.

O ministro de Defesa do Brasil, Nelson Jobim, autor da iniciativa, que nas últimas semanas visitou todos os países sul-americanos para expor a proposta de integração militar, já antecipou que o presidente Lula da Silva vai submeter a proposta aos outros chefes de Estado da Unasul.

O Conselho Sul-americano de Defesa, segundo é concebido pelo Brasil, não pressupõe uma aliança militar convencional, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), senão que é um fórum para promover o diálogo entre os Ministérios de Defesa da região.

A proposta é criar um mecanismo de integração que permita discutir as realidades e necessidades de Defesa dos países sul-americanos; reduzir os conflitos e desconfianças e assentar as bases para a futura formulação de uma política comum de Defesa. Jobim, ao ser interrogado pelo secretário de Defesa norte-americano sobre o que poderiam fazer os EUA frente à criação do comando de defesa sul-americano, teria respondido: "manter-se à distância".

O mecanismo, segundo o ministro, pode garantir a estabilidade em uma região cobiçada por suas importantes reservas de água, recursos energéticos e alimentos, além de "prevenir" situações como a crise provocada pela recente incursão de tropas da Colômbia em território equatoriano.

As cautelas de Uribe

Quanto à receptividade da idéia, Jobim disse que tem recebido respostas entusiasmadas de países como a Venezuela, Equador e Chile, especialmente dos presidentes Hugo Chávez e Michele Bachelet, mas também dúvidas de outros.

Indicou que o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, apesar de ter sido "muito cauteloso", "não rejeitou a proposta" e prometeu "estudá-la com atenção", e acrescentou que o país andino precisa levar em consideração que poderia ficar isolado.

A presença de Uribe, que decidiu participar da iniciativa na última hora, talvez para não ignorar o conselho de Jobim, será muito incômoda, principalmente diante da criação deste mecanismo de defesa. Ele prefere manter-se na OEA e apoiar o Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca (TIAR), criado em 1947, fruto da guerra fria, ao qual o México renunciou em setembro de 2002, sem que outras nações seguissem o exemplo.

Em uma entrevista publicada pelo jornal The Miami Herald, em 22 de setembro de 2002, assim que foi dada a conhecer a decisão mexicana, Uribe considerou necessário modernizar o TIAR, focando-o na luta contra o terrorismo e o narcotráfico, uma vez que, do seu ponto de vista, a maior ameaça para a região é, atualmente, a violenta oposição interna.

Dois anos depois, em 19 de novembro de 2004, em Quito, durante a VI Conferência de Ministros de Defesa das Américas, que contou com a presença do secretário norte-americano Donald Rumsfeld, o mesmo que dirigiu a invasão do Iraque, Jorge Alberto Uribe, ministro de defesa da Colômbia, retomou a iniciativa do seu mentor, colhendo o maior isolamento já visto em um fórum dessa natureza.

Os ministros evitaram que os EUA e a Colômbia impusessem o critério de transformar o continente em um bloco antiterrorista com a participação militar de todos os países. E teve

ainda menos eco a proposta de Uribe de fazer uma lista de organizações terroristas da região que deviam ser combatidas com o esforço militar conjunto.

O Brasil, e é preciso ver isso agora como um antecedente da sua atual iniciativa, disse naquela ocasião, através do seu vice-presidente, José Alencar, que "as Forças Armadas não podem mudar seu papel constitucional de defesa da soberania para dedicar-se ao combate contra o terrorismo nem aos delitos transnacionais como o narcotráfico". "É necessário manter o direito de cada Estado de identificar suas prioridades", destacou.

O que fará Uribe diante desse quadro, considerando que ele acabou de expressar (21 de maio) que não descarta que a base militar norte-americana de Manta, no Equador, seja deslocada para a Colômbia, corroborando o que afirmou o embaixador dos EUA em Bogotá há poucas semanas, no mesmo sentido?

Vai colocar sua assinatura em um tratado que descarta uma aliança militar com os EUA, que voltaram todos os seus olhos para o domínio na região através do Plano Colômbia, e com uma "ajuda" militar que passa, na última década, dos 6 bilhões de dólares?

E o que vai fazer Uribe, como signatário do acordo, com os mil assessores e militares norte-americanos que passeiam como se estivessem em casa por bases e quartéis da Colômbia, sabendo que o eixo doutrinário exposto pelo Brasil, com o respaldo quase unânime das chancelarias da América do Sul, não é integrar as forças armadas dos dois países, mas convergir em uma estratégia de defesa regional comum, que tem como um de seus principais objetivos o de manter os militares dos EUA fora da região?

Ele tomou o caminho do isolamento. Um dia antes de viajar para uma cúpula onde não teria qualquer papel, declarou que a Colômbia não faria parte do Conselho Sul-Americano de Defesa, nem iria assumir a Presidência desse bloco regional, como estava previsto. Contudo, ele não poria obstáculos à instalação de uma base militar norte-americana em seu território, se Washington precisar disso para "derrotar o narcotráfico".

"A Colômbia tem dificuldades para participar", justificou. "A Colômbia, nas presentes circunstâncias, tem que deixar alguns pontos-de-vista claros e não é o momento para que a Colômbia participe dessa iniciativa de segurança", afirmou o mandatário. Prefere não ficar mal com Washington e continuar recebendo suas generosas dádivas.

A Colômbia, o primeiro exército da região, por sua tropa e frota de helicópteros, com mais de 400 mil homens em armas e o maior orçamento de guerra do mundo, per capita, fará parte de um consenso que vai contra sua própria doutrina belicista, reafirmada após agredir a soberania de outro Estado, -o território equatoriano- com o argumento de "agir em defesa própria" e com o único respaldo de Washington, que salvou seu voto na OEA quando rejeitou a agressão?

Não há dúvida de que a proposta brasileira, que tomou forma a partir da agressão colombiana ao Equador, aponta para o isolamento ainda maior de Uribe, sabendo que assim se aplica um golpe aos interesses norte-americanos na região. Sem deixar de lado que o Brasil, como principal provedor de aviões de guerra na América Latina, fortalece seu apetitoso mercado. Acaba de assinar um contrato para a venda de 24 Tucanos para o Equador e em breve acertará a venda de aeronaves de guerra para a Venezuela, rompendo o boicote de Washington.

De qualquer modo, a iniciativa, de certa maneira, dá carne e osso à recente proposta de Chávez de formar um Conselho de Defesa e Forças Militares da Alternativa Bolivariana para os povos da América (ALBA), que só recebeu apoio da Nicarágua. Com a vantagem de que agora já não se trata do "iniludível" debate sobre o problema da defesa coletiva dos países da região, diante das mudanças estruturais que estão aparecendo, mas da expressão concreta de estabelecer, pela primeira vez na América Latina, um mecanismo de proteção capaz de dissuadir - e mesmo rechaçar - intervenções imperiais em assuntos soberanos da região. (*Agencia Carta Maior, 245-2008- Tradução: Naila Freitas/Verso Tradutores*)

Indicadores

Potencialidades da região

- PIB de 973 613 milhões de dólares, com o qual assume o lugar de quinta potencia mundial
- Tem uma população de 361 milhões de habitantes, colocando em quarto lugar no ranking mundial
- Ocupa uma superfície superior a 17 milhões de km².
- Suas exportações somam mais de US\$ 181. 856 millones de dólares.
- Possui 27% da agua doce do mundo
- Dispõe de 8 milhões de quilômetros quadrados de bosques e dois oceanos
- É a região que produz mais alimentos no mundo.
- Tem uma reserva de gás e petróleo para mais de 100 anos
- Na região existem apenas dois idiomas nacionais (afora mais de uma centena de idiomas de grupos indígenas) – português e espanhol – que tem facilidade de comunicar-se entre si.
- Têm uma historia comum e compartilham os mesmos valores

Mais informações:

- **Principales Indicadores de la Unión de Naciones Suramericana 1997-2006**

<http://intranet.comunidadandina.org/Documentos/DEstadisticos/SGde203.pdf>

- **Principales Indicadores de la Comunidad Sudamericana de Naciones 1994 - 2005**

<http://www.comunidadandina.org/estadisticas/SGde150.pdf>